

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Solicito à assessoria que faça os encaminhamentos, conforme requerido pelo parlamentar na tribuna.

Sigo aqui com a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente. A próxima seria Janaina Paschoal. Sigo na Presidência. Na sequência, deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.)

Finda a lista principal, abro a lista suplementar de oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamando à tribuna o Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente. Cumprimento as assessoras a minha esquerda e assessores a minha direita, enfim, todos que nos ouvem e assistem através da Rede Alesp.

E falo o seguinte, deputado Giannazi, eu acho que quando V. Exa. toca na questão do piso é muito importante, e nós da Apeoesp sempre tivemos isso como pauta central. Não porque o piso agora ultrapassou.

Quando o piso salarial profissional nacional foi instituído, em 2008, nós, aqui no estado de São Paulo, ganhávamos 59% acima do piso salarial. Agora nós ganhamos 36% abaixo do piso salarial profissional nacional.

É importante entender também que, quando veio aquela proposta de subsídio aqui, o valor inicial, deputada Janaina, é nada mais, nada menos, do que a aplicabilidade do piso salarial profissional nacional como deve ser, sem esses negócios de penduricalho, de gratificação, sem nada disso, como deve ser.

Ai são os cinco mil reais que foram dados como início de carreira. Ora, então fizesse isso e a gente... Era o que eu dizia, dá os 32.3% e já vai chegar aos cinco mil reais de carreira e a gente continua com a nossa carreira. O que aconteceu foi o desmonte da carreira, porque piso é ponto de partida, não é teto. É importante ter isso muito claro.

Mas eu também quero aproveitar e falar de outro piso, o da enfermagem. Eu posso, de maneira muito respeitosa, eu não estou me dirigindo ao Poder Judiciário nem nada disso, mas digo que o ministro Barroso exorbitou, tá? Porque o Congresso Nacional também é um poder e eles têm que se articular entre si, harmoniosamente. Um não sobrepõe o outro.

Se o Congresso Nacional instituiu que tem o piso da enfermagem, vejam bem, não é nenhum absurdo. Tem uma escala, então 70%... É 4.750, então pega 70% de 4.750, é o piso que tem que ser pago para aquela escala, é por escala. Depois tem a segunda escala, que são os agentes, é 50% de 4.750, não é nenhum absurdo.

Então não adianta ficar com essa balela “Ah, salvaram vidas”, “Foi a categoria que merece ser reconhecida”, mas, na hora que é reconhecida, vai um ministro do STF e diz que vai suspender por 60 dias para demonstrar de onde sai o dinheiro para pagar esse piso, porque vai quebrar estado e município.

Não, o que quebra o estado e o município é outra coisa. É como faz o governador aqui do estado de São Paulo, por exemplo, isentando empresas e deixando de aplicar nos serviços públicos. Municípios, por certo, tem que ter um regime de colaboração, então me parece que não é acabando com os servidores públicos, ou exigindo deles um esforço maior, que nós vamos chegar a esse denominador comum.

Então estou aqui na defesa incondicional para que o ministro Barroso reveja essa posição e que ouça também a outra parte, porque ele ouviu só uma parte. Eu acho que ministro, juiz, tem que ouvir as duas partes, chamar as partes para conversar.

Deputada Janaina, eu também entendo que tem que ter orçamento, mas exija, abra uma negociação nacional e que estados e municípios façam esses debates em mesas permanentes de negociação.

Eu tenho certeza, os servidores públicos são estudiosos, eles têm Dieese, têm departamentos de estudo, eles sabem fazer a inflexão se necessário for, apontar de onde tem que sair o dinheiro. Eles sabem fazer isso. Então eu quero lamentar essa posição do ministro Barroso.

E, para terminar, dizer que hoje tivemos um ato lá em frente ao Hospital do Servidor, do lamspe. Foi bastante significativo, uma assembleia, tirou um dia de paralisação, que é para a próxima quarta-feira, às 10 horas, vamos estar todos lá para garantir que o lamspe não seja privatizado. O Rodrigo/Doria quer privatizar o lamspe.

O lamspe, desde o terreno que foi comprado, foi uma professora que deu. Depois, tivemos auferido dos nossos salários o dinheiro para comprar o prédio dos servidores do lamspe. Até hoje quem banca somos nós, e nós não queremos que o governador do estado de São Paulo mande sozinho. Queremos um conselho gestor de administração.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sra. Deputada. É muito importante essa discussão acerca do lamspe. Há muitas reclamações sobre interrupção de atendimentos, qualidade do atendimento. É necessário mesmo fazer essa discussão, até para compreender se tem algum interesse por trás dessa situação toda.

Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o deputado Frederico d’Avila. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Marina Helou, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada pela palavra, presidente. Agradeço a oportunidade de subir à tribuna e cumprimento a todos que estão trabalhando aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, cumprimento a todos que estão nos acompanhando.

Venho dizer que hoje é dia 6 de setembro, prévias do dia 7, um dia importante, a Independência do Brasil, em que a gente comemora o bicentenário dessa Independência. É um dia em que espero que a gente possa celebrar a nossa democracia, que a gente possa celebrar a força que o nosso país tem para todas as pessoas, que a gente celebre as nossas cores, a nossa bandeira, o nosso amor por este país, independente do nosso partido, independente da nossa visão ideológica, porque o Brasil é e tem que ser muito maior do que este momento eleitoral.

Também me preocupam as muitas notícias de projeção de violência, de projeção de um grande contingente de pessoas armadas que a gente tem na nossa população hoje. Então, venho celebrar aqui a decisão do ministro Fachin, de suspender o decreto de armamento do governo Bolsonaro que facilitava muito o acesso a armas, inclusive nesse período eleitoral, com muitas cenas de violência e muita projeção de violência neste momento.

Ao mesmo tempo, a gente tem uma pesquisa que fala que 82% das mulheres são contra a facilidade do acesso às armas. Por quê? Porque aumenta a violência contra a mulher. Não é à toa que a gente está tendo um número altíssimo de registros de assassinatos de mulheres todos os dias neste país, com muita facilidade de acesso à arma na violência doméstica.

A gente precisa entender a complexidade dos problemas e lutar e combater a violência contra a mulher, proteger a vida das mulheres em cada uma das casas. Não adianta a gente colocar um policial em cada esquina deste país, porque é uma violência que acontece dentro de casa.

A gente precisa entender que falar sobre regulação de armas também é falar sobre a segurança das mulheres, que estão se sentindo ameaçadas em nosso país e estão sendo assassinadas todos os dias.

Subo aqui também para dizer que a gente segue acompanhando a importância desse momento das aulas. A gente está ainda com uma evasão muito alta no ensino médio e a gente

precisa lutar por mais ensino técnico com qualificação para as competências do século 21, que é um tema que a gente tem trabalhado bastante.

Falar de desenvolvimento sustentável é falar de como a gente prepara uma geração para os empregos que vão vir: energia solar, transporte por energia elétrica... Como a gente se prepara para a computação, para o software, para o turismo? É para isso que a gente precisa pensar um novo modelo de desenvolvimento que gere emprego e renda.

É uma das minhas principais preocupações neste momento, inclusive olhando para os nossos adolescentes, para a nossa juventude, que precisam de um prognóstico de vida, que precisam de uma proposta de atuação.

Ainda tenho dois minutos e posso celebrar então, também, neste mês do Setembro Amarelo, as nossas iniciativas de apoio à saúde mental. A gente está vivendo, pós-pandemia, um grande problema de fragilidade e de doenças mentais na sociedade, e ele se torna mais evidente nas crianças e nos adolescentes, que ficaram tanto tempo afastados da escola. Tem professores que não foram preparados para este momento e que também sofrem com essa sobrecarga.

A gente precisa falar de saúde mental nas escolas, precisa falar de saúde mental nos nossos policiais, porque a gente vive reclamando que a gente precisa de uma polícia melhor, mas para isso a gente precisa cuidar melhor dos nossos policiais.

E aqui a gente não está falando de um curso sobre saúde mental para eles. A gente não está falando de aumentar as horas que eles têm que trabalhar para fazer uma formação sobre saúde mental.

A gente está falando de políticas estruturantes sérias que possam contribuir para esse problema grave na nossa instituição. Setembro amarelo, quando a gente fala de saúde mental a gente precisa falar sobre condições de vida para essas mães, para essas crianças, para que elas possam ter alimentação, educação, habitação para que a saúde mental possa acontecer.

Então, quero celebrar também que a gente continue a falar da importância de estarmos bem, de falarmos sobre depressão, sobre ansiedade, sobre bipolaridade, sobre transtornos psíquicos, que são doenças e precisam ser encaminhadas, precisam ser tratadas e precisam ter seriedade nas políticas públicas. Infelizmente, a gente ainda vê uma disparidade muito grande nesse sentido, principalmente quando acometem as nossas crianças e adolescentes.

Termino aqui falando que a gente segue num mês de muito trabalho. A gente tem uma Assembleia que está bastante paralisada pelas eleições, mas isso não significa que o nosso mandato esteja parado.

Segue trabalhando pelas mulheres, pelas crianças, pela Segurança Pública do nosso Estado, pela geração de emprego e renda e por um desenvolvimento sustentável que faça sentido para o Brasil que a gente é e pode ser.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sra. Deputada. Não vou aguentar. Acho que tinha que pautar uns projetos, não é? Vossa Excelência falou que é a questão eleitoral.

Eu estou agoniada, porque, por exemplo, tem um projeto que precisa regulamentar o artigo da Constituição que trata da distribuição do ICMS, que é importante para que os nossos municípios recebam o dinheiro do Fundeb. Desculpe.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu concordo plenamente com isso. Eu tenho uma emenda importantíssima de minha autoria, inclusive, sobre a primeira infância. Como que a gente não pauta isso?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Então por mais que seja um período eleitoral, nós precisávamos votar e eu sei que todos estamos trabalhando, mas essa não votação está me agoniando.

Desculpe, deputada.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu faço coro com as suas palavras, deputada, porque é fundamental que a gente possa garantir um dos temas mais importantes, que pode transformar a Educação no nosso Estado, o projeto de lei do ICMS Educacional. Coloquei uma emenda falando da primeira infância e, infelizmente, a gente não está discutindo isso.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Muito bem. Obrigada, deputada. Sigo aqui com a lista dos oradores inscritos e chamo à tribuna o nobre deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - De volta à tribuna no dia de hoje, quero me associar ao que disse a deputada Marina e a deputada Janaina Paschoal que nós temos que votar projetos de lei na Assembleia Legislativa. Não é porque nós estamos em processo eleitoral que a Assembleia Legislativa não possa votar projetos.

Aliás, tem que votar projetos importantes, sobretudo os projetos dos deputados e das deputadas, que são, muitos deles, projetos estratégicos para as áreas sociais.

Eu aproveite a oportunidade para reafirmar a nossa luta pela aprovação do PDL 22, que acaba, que revoga o confisco das aposentadorias e pensões, que revoga o Decreto nº 65.021.

A PGR, o procurador-geral da República, emitiu um parecer para o Supremo Tribunal Federal dizendo que esse confisco é inconstitucional. Confiscar abaixo do teto salarial significa uma afronta à dignidade humana; está no relatório, no parecer exatamente essa afirmação nesse parecer da PGR, da Procuradoria-Geral da República.

Então é um crime de lesa-humanidade confiscar aposentadorias de pessoas que já pagaram, que já contribuíram com o seu sistema previdenciário.

Por isso que a nossa prioridade aqui é votar o PDL 22, que já está em condições de ser votado. Ele tem todas as condições regimentais - não cabe nem mais obstrução - e já tem os votos.

Já tem 53 deputados e deputadas assinando o requerimento para que ele seja pautado. Então é muito importante. E eu estou aqui basicamente todos os dias trazendo depoimentos, as intervenções, os relatos dos aposentados e dos pensionistas para a tribuna, dando voz a eles.

Já que o governo Rodrigo Garcia não os ouve, ele vai ter que ouvir aqui pela tribuna da Assembleia Legislativa. É por isso que eu quero aqui chamar, primeiramente, a professora Vilma, professora aposentada que está nessa luta para derrubar esse criminoso confisco. Eu vou colocar aqui o vídeo dela, por favor. É a Vilma ocupando a tribuna da Alesp.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Essa foi a professora Vilma, que está fazendo um trabalho muito importante aí na militância contra o confisco. Agora nós vamos ouvir mais uma colega professora, a professora Gilda, também professora aposentada.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Professora Gilda também, quero agradecer à Gilda, à Vilma, porque esse é o retrato da situação dos aposentados e pensionistas. Essas intervenções que são feitas mostram claramente a crueldade, a perversidade, o sadismo desse governo do Rodrigo/Doria com os aposentados e pensionistas e com os servidores em geral, porque esse decreto pode ser, sim, derrubado, pode ser, sim, anulado.

Não há nenhum empecilho legal para que isso ocorra. Ele mesmo, se quiser, pode publicar um outro decreto, revogando o Decreto nº 65.021. A Assembleia Legislativa pode votar o PDL nº 22, derrubar o confisco. Nós sabemos disso porque outros estados já o fizeram.

Estavam confiscando e já, por meio de aprovação de projetos nos seus respectivos legislativos, conseguiram aprovar

projetos revogando, anulando. É o caso de Sergipe, o estado mais recente, é o caso inclusive também do estado de Alagoas.

Há estados que nem fizeram esse confisco, fizeram a reforma da Previdência sem confiscar os proventos dos aposentados e pensionistas. Então a Assembleia Legislativa pode, sim, revogar o Decreto nº 65.021, aprovando o PDL nº 22, que já está pronto, prontíssimo, para ser votado, inclusive em Regime de Urgência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo então acordo entre as lideranças, e não havendo mais nenhum orador presente para fazer uso da tribuna, eu solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Antes eu gostaria de dizer que cumprimento todos os brasileiros pela Independência, que será comemorada amanhã, e desejo que todos participem dessas comemorações da maneira que entenderem que devem. A desfiles oficiais eu estarei presente. Mas seja qual for essa forma de participação que seja harmoniosa, que seja positiva, que seja construtiva para o nosso país.

Somos todos, formamos todos uma só nação, e esse sentimento é que precisa ser reforçado nos momentos de festividades, sobretudo nas festividades cívicas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V.Exas. para a sessão ordinária de quinta-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Um bom final de dia a todos, uma excelente comemoração da nossa Independência, bom feriado, para aqueles que vão apenas descansar.

Está levantada a presente sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.

\*\*\*

## 8 DE SETEMBRO DE 2022 94ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: JANAINA PASCHOAL</p>
<p><b>RESUMO</b></p>

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CORONEL TELHAD A
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CORONEL TELHAD A
Para comunicação, faz pronunciamento.
6 - CORONEL TELHAD A
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
7 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 09/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
\*\*\*
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.
\*\*\*
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Imediatamente dou início à leitura da lista dos Oradores inscritos no Pequeno Expediente: deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.)

Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Frederico d’Avila. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Janaina Paschoal segue na Presidência, não farei uso da palavra. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, deputada Janaina Paschoal, deputado Telhada, telespectador da TV Assembleia, ontem eu participei de um ato importante aqui na cidade de São Paulo, o ato do “Grito dos Excluídos”, que é um ato que acontece no Brasil há 28 anos em várias cidades e em várias capitais. E nós levamos a pauta dos aposentados e pensionistas.

Levamos esse debate, uma faixa, levamos o material para também ganhar o apoio da população para essa causa. Os aposentados e pensionistas do estado de São Paulo estão hoje classificados também como excluídos e eles foram excluídos justamente pelo governo do PSDB, pelo Doria, pelo Rodrigo Garcia e pelos tucanos. Estão sendo vítimas de um verdadeiro confisco, de um verdadeiro assalto às suas aposentadorias e pensões.

E é por isso que a nossa luta prioritária aqui na Assembleia Legislativa é derrubar esse confisco. Ou através de uma pressão, que nós já estamos fazendo, para que o governador edite um decreto revogando o Decreto nº 65.021, ou aprovando o nosso PDL 22, o PDL que já está pronto para ser votado em regime de Urgência com 53 assinaturas de deputados e deputadas pedindo para que ele seja pautado.

Não cabe nem obstrução mais a esse projeto. Nós já temos os votos, todas as condições regimentais estão dadas para que ele seja aprovado e tenhamos a revogação do Decreto nº 65.021.

Eu estou fazendo aqui praticamente em todos os meus pronunciamentos, estou trazendo aqui a voz dos aposentados e aposentadas, as pessoas que estão sendo confiscadas, para que elas falem, para que elas ocupem a tribuna da Assembleia Legislativa.

E como sempre faço, eu quero hoje dar voz a duas professoras que estão sendo confiscadas e prejudicadas pelo confisco: a professora Ana Lúcia e a professora Katia Lopes falarão aqui no meu tempo.

Gostaria de colocar os vídeos que elas fizeram. É importante ouvi-las.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Agora nós vamos ouvir a professora Ana Lúcia, que também fez o seu vídeo ocupando a tribuna da Assembleia Legislativa.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Só para terminar, deputada. As duas professoras, nossas colegas aposentadas da rede estadual de ensino, as professoras Ana Lúcia e Kátia Lopes, sintetizaram bastante a revolta e a indignação de todos nós.

E sobretudo dos aposentados e pensionistas, colocando questões importantes. Primeiro, que tem que devolver o dinhei-

ro. Esse dinheiro confiscado tem que ser devolvido após a derubada do Decreto nº 65.021.

Elas colocam também que é inconstitucional fazer o confisco para quem ganha abaixo do teto. Elas ecoam o parecer da Procuradoria Geral da República, que emitiu um parecer, dizendo exatamente o que elas estão dizendo: que é inconstitucional, que nós parlamentares não somos empregados do governo estadual.

Não podemos ser o puxadinho do Palácio dos Bandeirantes. Nós fomos eleitos com o compromisso de atender a população do estado de São Paulo e não as orientações dos governos de plantão, sobretudo esses do PSDB.

Então quero agradecer às duas professoras, as professoras Ana Lúcia e Kátia Lopes, que utilizaram hoje a tribuna para ecoar a voz indignada dos aposentados e pensionistas que estão sendo roubados e assaltados pelo governo Rodrigo Garcia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.)

Encerrando a lista principal, início a leitura da lista suplementar de oradores inscritos, chamando à tribuna o Sr. Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada, que esteve desfilando no 7 de Setembro, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHAD A - PP - Muito obrigado, Sra. Presidente deputada Janaina Paschoal, deputado Giannazi, a todos os assessores e funcionários aqui presentes, senhoras policiais militares aqui presentes, a todos que nos assistem pela Rede Alesp.

Hoje, dia 8 de setembro de 2022, venho aqui para dar satisfação das nossas missões, dos nossos trabalhos. Na segunda-feira última passada, dia 5 de setembro, nós participamos da solenidade do Mérito Desportivo 2022, da Associação Paulista de Jiu-Jitsu.

Nós estivemos lá, mais uma vez, com o querido amigo, nosso presidente da associação, o grão-mestre Otávio de Almeida. Quero agradecer ao amigo José Jantália, também, que nos prestigiou, que está conosco na foto.

O capitão Telhada também, o deputado Castello Branco e o nosso amigo, o vereador Paulo Frange; participaram todos lá. Uma solenidade muito bonita, com muitas premiações. Parabéns a todos os que foram homenageados.

Ontem, conforme a deputada Janaina falou, dia sete de setembro, nós, pela manhã, participamos do desfile cívico-militar que ocorreu ali no Ipiranga, junto ao Monumento do Ipiranga. Foi um desfile muito bonito, apesar da chuva e do frio que tivemos que aguentar lá durante um bom período. Mas conseguimos desfilar com nossa vitória militar antiga.

A deputada Janaina estava presente também no palanque. Até peço desculpas, vii deputada, pois na hora nem vi a senhora ali. Mas é que são muitas coisas para a gente acabar vendo. Mas me falaram que a senhora estava; inclusive, nos cumprimentou. E obrigado pelo trabalho que a senhora tem realizado junto ao estado de São Paulo.

E ontem nós participamos da solenidade, que infelizmente não contou com a presença do nosso governador. Eu não entendi. Uma solenidade de 200 Anos da Independência do Brasil.

O nosso governador simplesmente fez uma desfeita total, não só à solenidade da Independência, mas ao povo presente, que estava lá tomando chuva: crianças e idosos, chuva, frio. E o governador simplesmente não apareceu, não deu as caras.

Eu vi o secretário de Segurança Pública, vi os comandantes das três Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica -, vi outras autoridades, vi o coronel presidente do nosso TJM também, coronel Geraldi.

Mas eu vi que infelizmente o nosso governador não se apresentou para essa solenidade. É um total descaso. Aquela velha mania de achar que essa solenidade é de “a”, de “b” ou de “c”. Porque, por incrível que pareça, a cor verde e amarelo fica associada ao Bolsonaro. Eu não entendo isso.

A cor verde e amarelo é a cor do Brasil. Mas a esquerda é tão fraca, faz tanta besteira, que eles conseguiram achar que a cor verde-e-amarela é associada ao Bolsonaro.

Que seja: é a cor do Brasil associada ao nosso presidente Bolsonaro, sim. E nós estávamos lá comemorando 200 anos de Independência do Brasil. E nosso governador fez uma desfeita, não comparecendo.

À tarde, estivemos na Paulista também, eu e meu filho capitão Telhada. Encontramos vários apoiadores no local, várias pessoas que nos acompanham na rede social; centenas de pessoas fizeram questão de nos cumprimentar, tirar foto conosco, enfim.

Foi uma festa muito bonita, com milhares de pessoas presentes. Infelizmente, a maioria da mídia escrita e televisada não deu o devido valor, não só em São Paulo, como nos outros estados. Então, a gente sabe que é desfeita, né; estão de biquinho.

Estão de biquinho, porque sabem que o resultado do dia dois de outubro é certo já, e nós teremos Bolsonaro reeleito presidente, com certeza. Porque o apoio maciço é uma coisa inegável.

Aonde o presidente vai, ele mal consegue andar, devido ao ajuntamento de pessoas e apoiadores. E o outro cara lá, o “nove dedos”, mal e porcamente consegue ficar entre 10, 20, 50 pessoas, quando não toma umas ovadas na cara, porque é o que ele merece, né.

Pelo que ele fez ao Brasil, ele devia estar preso, e não devia estar fazendo campanha. Ele deveria estar preso. Mas a nossa justiça é falha também. Ele não foi incoentado. Ele não é inocente, ele continua sendo acusado dos crimes que cometeu.

Mas, devido a uma manobra jurídica, foi cancelado o presente, até o momento. Mas ele não foi incoentado, diga-se isso de passagem. Ele deve - e, se Deus quiser, vai - pagar. Tá bom? O Brasil precisa entender que lugar de bandido é na cadeia, e não na política.

Infelizmente, ontem nós perdemos um querido amigo, um velho amigo dos tempos de Barro Branco, ainda, o coronel Vanderlei Manoel de Oliveira. Ele era muito conhecido ali na região de Mogi Guaçu, tendo em vista que serviu vários anos no 26o BPM; serviu em Campinas também. O coronel Vanderlei Manoel era um cara muito querido, não só pela turma dele, mas por todos que o conheceram.

Infelizmente, ele lutava contra um câncer há muitos anos. E faleceu na noite de quarta-feira, na data de ontem, sete de setembro, no Hospital 22 de Outubro. Era um dos mais ilustres cidadãos de Mogi Guaçu e lutava contra um câncer há muitos anos. Nossos sentimentos à família do querido amigo, coronel Vanderlei Manoel. Que descanse em paz.

Infelizmente, nós perdemos um policial militar também, morto, fuzilado de uma maneira absurda. É o policial Fabiano Aparecido Meles, policial militar, soldado, que trabalhava no 18o Batalhão.

Ontem ele estava saindo de um culto religioso quando o carro dele quebrou ali na rua Sete Barras, na Freguesia do Ó, perto inclusive de onde a minha mãe reside. Ele não conseguiu consertar o automóvel, chamou um motorista de aplicativo, mas acabou sendo vítima de três homens que chegaram a pé, anunciaram o roubo e acabaram matando o policial Fabiano Aparecido Meles com tiros disparados por esses criminosos que mataram o policial e fugiram.

Equipes do 18º Batalhão estão trabalhando no sentido de prender esses canchals que mataram o soldado Meles. Ele foi assassinado a sangue frio, possivelmente por ter sido identificado como policial militar.

Um abraço e nossos sentimentos aos familiares do soldado Fabiano Aparecido Meles e a todos os queridos amigos do 18º